



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research
Vol. 12, Issue, 07, pp. 57426-57435, July, 2022
<https://doi.org/10.37118/ijdr.24868.07.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

A EVOLUÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

André Correa Teles and Murillo de Oliveira Dias*

Fundação Getulio Vargas, Brazil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 05th April, 2022
Received in revised form
19th May, 2022
Accepted 28th June, 2022
Published online 28th July, 2022

Key Words:

Privatização; Interciência;
Governo; Brasil.

*Corresponding author:

Murillo de Oliveira Dias

ABSTRACT

O A privatização no Brasil é um fenômeno relativamente recente que só foi possível após a promulgação da Constituição de 1988, ocorrendo em etapas que não foram inteiramente abordadas em estudos anteriores. Esse processo vem sendo debatido no Brasil, pois muitas das privatizações têm sido questionadas ao longo do tempo, por vários motivos, como on interesse desperatado por sua alta rentabilidade ou elevado interesse estratégico. Após exaustiva análise de conteúdo sobre extensa revisão bibliográfica, os resultados apontaram nove “ondas” de privatização no Brasil derivados de respectivos marcos legais e 109 privatizações ocorridas entre 1990 até a presente data. O estudo evidencia ainda uma nova perspectiva sobre o tema, condensando trabalhos esparsos numa única obra, sendo útil a acadêmicos e estudiosos sobre o assunto. Finalmente, discussão e recomendações para pesquisa futura completam o presente estudo.

Copyright © 2022, André Correa Teles and Murillo de Oliveira Dias. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: André Correa Teles and Murillo de Oliveira Dias. “A evolução da privatização no Brasil”, *International Journal of Development Research*, 12, (07), 57426-57435.

INTRODUCTION

O presente estudo possui como diretriz o estudo da evolução das privatizações no Brasil, desde o seu marco temporal de 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição do Brasil de 1988, até a presente data. A livre concorrência possuía respaldo no equilíbrio do sistema econômico, logo, a acumulação de riqueza no País ocorria de forma autorregulada, até o final do regime militar, até 1985. Portanto, a privatização foi uma solução adotada pelos governos democráticos pós ditadura a fim de sanar as crises e instabilidade das contas públicas de então. O artigo foi motivado pela necessidade de publicação de parte da dissertação de doutorado em Administração de um dos autores. Os resultados foram obtidos através de pesquisa qualitativa e indutiva sobre a evolução da privatização no Brasil em ondas, desde suas origens republicanas até a presente data, quando o Governo Federal prepara a maior operação de privatização da história do Brasil: a Eletrobrás, a quarta maior empresa de energia elétrica do mundo. Destaca-se que na primeira parte do século XIX era construída por inúmeras e pequenas compradoras e vendedoras sem poder de influenciar o mercado, mas no final do século o mercado tornou-se incapaz de auto-regulamento em virtude da existência de grandes empresas com poder oligopólio. A existência de grandes empresas com poder de monopólio comprometeu a estrutura mercadológica em determinado seguimento econômico. Contudo, em 1929, com a Grande Depressão, o mercado comprovou ser incapaz de autoregular-se, sendo que surgiu a necessidade de intervenção do Estado.

Baer (2002) demonstra a importância e atuação do Estado no cenário brasileiro. No século XIX, o Estado era não intervencionista, sendo a sua atuação limitada a conceder favores para as indústrias iniciantes e bem como incentivar e garantir a taxa de retorno para as empresas estrangeiras que instalaram no Brasil. A garantia da confidencialidade, da integridade e da disponibilidade da informação passam a ser fatores essenciais para o sucesso das empresas nos dias de hoje.

Histórico: A quebra da Bolsa de Nova York e consequentemente a crise mundial que pendurou até a década de 1930 alavancou o Brasil no caminho da industrialização com a intenção de substituir as importações. No mais, ocorreu o crescimento e modificação no papel realizado pelo Estado na economia do país criando o interesse em protegê-la do impacto da depressão e apoiando o processo de industrialização. No caminhar da década o regime do presidente Getúlio Vargas intensificou a intervenção estatal para blindar e cativar o crescimento de diversos setores e por meio da criação de autarquias que facilitaram o crédito para a construção de armazéns, regulamentaram o governo na década de 1930 e 1940, anos de Segunda Guerra Mundial, adquiriu ou criou empreendimentos governamentais com base na segurança nacional que transformaram nas décadas seguintes empresas poderosas, como por exemplo a Companhia Vale do Rio Doce. Na década de 1950 ocorreu a criação do banco de fomento denominado como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), posteriormente renomeado como BNDES, que tinha como objetivo fornecer créditos de longo prazo para empresas e possibilitar os investimentos adquiridos para

sua expansão. Ainda segundo Baer (2002) o papel do BNDES levou o Estado Brasileiro a ser proprietário, mesmo que involuntariamente de empresas, com o crescimento na participação do Estado na indústria siderúrgica que teve capacidade produtiva expandida, sendo integrante do programa de industrialização da década de 1950, cujo fator considerável foi o controle de preços que acarretou o crescimento das empresas estatais no setor de serviços públicos, pois a determinação de tarifas para esses serviços não ocasionou taxa de retorno de investimento considerada adequada para empresas privadas, e em especial as estrangeiras, para garantir a expansão e modernização de suas fábricas, sendo o controle de tarifa considerado de interesse nacional, pois o controle da tarifa baixas eram esperadas para estimular o crescimento industrial e subsidiar os consumidores (Baer, 2002, p. 294). Nesse passo, com base no controle de tarifa e visando o crescimento industrial o Estado começa a participar nos seguimentos de transportes públicos, geração e distribuição de energia e telecomunicação. Tal motivação esclarece na década de 1950 a criação de empresas estatais, como por exemplo a Cia Hidrelétrica São Francisco (CHESF), FURNAS e CEMIG, e, na década de 1960 a CESP e etc, para ofertar a energia complementar necessária para a economia em expansão (Baer, 2002, p. 294). Os controles estatais causaram declínio na qualidade de serviços e nas taxas de crescimento do sistema de telefonia no país tornando a aquisição do Estado inevitável na década de 1960.

METODOLOGIA

O levantamento bibliográfico foi realizado realiza por meio de pesquisa bibliográfica e documental, quanto à sua coleta de dados. Para tal, foram manuseadas e analisadas tanto fontes de domínio científico, tais como livros, periódicos, ensaios críticos e artigos, quanto documentos também importantes, mas que não receberam tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais e revistas entre outros. Consultas foram feitas em bases de dados secundárias oficiais, como repositórios de informações governamentais sobre os marcos legais referentes à privatização no Brasil. Utilizou-se a Pesquisa Exploratória, na perspectiva de aprofundar a temática e responder ao problema formulado, considerando a leitura e a análise qualitativa indutiva. O presente estudo está limitado à privatização no Brasil. Outros países e sistemas de privatização não fazem parte do presente estudo e devem ser investigados em separado. Aqui, dividimos a privatização em três categorias: (i) a primeira nominamos de “privatização lato sensu” que é a venda de ações que o Estado perde o controle acionário detido pela União. A (ii) segunda denominamos como “privatização stricto sensu”, pois o Estado vende as ações, mas não perde o controle acionário. Terceiro e última modalidade são as privatizações com origem de concessões públicas, pois o Estado terceiriza a prestação de serviços público por determinado período de tempo a uma concessionária. Ressalta-se que neste artigo não fazemos menção as “privatizações stricto sensu”, pois o Estado continua com o controle acionário, sendo o objeto deste estudo demonstrar as empresas e os serviços públicos que o Estado não possui responsabilidade em gerir ou administrar. No item a seguir, é apresentado um breve histórico do processo de privatização brasileira, organizados em ondas e seus respectivos marcos legais.

A evolução das Privatizações no Brasil: O termo privatização, embora popularizado por Peter Drucker, na publicação de *The Age of Discontinuity* (1969, p. 229) e por Margareth Thatcher nos anos 1970 e 1980, foi cunhado na década de 1930 na revista *The Economist*, ao referir-se à política econômica na Alemanha nazista (Bel, Germã, 2006). Primeiramente este arquivo põe em questão a internacionalização financeira mundial e o os Planos Nacionais de Desestatização criados pelos governos para promover a desestatização. O Executivo foi o responsável inicial pela privatização que posteriormente teve a agenda abraçada pelo Congresso Nacional relacionado a desestatização dos serviços públicos com a criação do marco institucional introduzida no ordenamento jurídico brasileiro. Em segundo, o artigo apresenta a evolução cronológica da desestatização por governo e por fim, a terceira etapa, a

descrição por ondas de desestatização em atenção aos marcos legais existentes. No processo de privatizações o Estado começou a fiscalizar as empresas estatais vendidas ao setor privado por meio das agências reguladoras. Portanto, o interesse neoliberal que preconizada as privatizações deixou de ser um modelo e se tornou uma modernização para o Estado. O governo sustenta que o Estado não possuía capacidade de investimento necessários a respectivos setores, além que as empresas estatais eram mal geridas e ineficientes. No mais, a intervenção no domínio econômico foi mitigada com a privatizações de estatais do ramo produtivo e da maior parte das empresas prestadoras de serviços públicos.

A Internacionalização financeira mundial e os Planos Nacionais de Desestatização: a privatização é a abertura comercial, produtiva e financeira acompanhada por uma política econômica com estabilização de preço. Consequentemente, um suposto desenvolvimento econômico derivado da abertura financeira incentiva capitais especulativos, além de beneficiar setores produtivos e estratégicos em domínio do Estado. Nesse passo, a privatização decorre do imperialismo norte-americano amparado pelo neoliberalismo conhecido por Harvey (2003, p. 124) como acumulação por espoliação, ou seja, liberação de um conjunto de ativos, que consisti no capital acumulado em posse dos ativos venha obter lucro. A abertura comercial, produtiva, financeira e privatizações decorrer do I Plano Nacional de Desestatização (I PND), sendo derivadas pelas modificações recomendadas pelo Consenso de Washington (1989). Em 1990 o empossado presidente Fernando Collor de Mello não obteve estabilização dos preços e aliado as dificuldades políticas sofreram processo de impeachment deixando a presidência em meados de dezembro de 1992. Em seguida, o vice Itamar Franco aceitou a presidência posteriormente a afastamento de Fernando Collor de Mello e então Ministro das Relações Exteriores, o Sr. Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi escolhido para assumir o cargo de Ministro da Economia. Insta salientar, que FHC consolidou as políticas econômicas do Consenso de Washington.

No governo FHC ocorreu a exasperação da abertura econômica, o detrimto da independência por parte do Estado decorrente do desenrolar do Plano Brady (1989), estabilidade do preço com o plano econômico denominado “Plano Real” (criado no governo do Itamar Franco) e o aumento das privatizações por intermédio do II Plano Nacional de Desestatização (II PND). O Plano Real obteve vitória em combater a infração, pois ocorria no país a desregulamentação financeira e a estabilidade econômica. Ressalta-se que o plano econômico brasileiro não foi diferente dos demais planos econômicos existentes em outros países, para combater os estimáveis processos inflacionários, derivados da década de 1980. A estabilidade do Plano Real decorreu da adoção de taxa de juros alta para convidar o capital financeiro internacional. Consequentemente, ocorreu a valorização da moeda nacional e o governo interferia no mercado disponibilizando dívidas públicas diárias. A dívida pública crescia exorbitantemente derivada das excessivas emissões de títulos remunerados crescidos da alta taxa de juros. Segundo Sampaio Jr. (2007, p.299): “O estoque de títulos públicos sob responsabilidade da União saltou de R\$ 62 bilhões no final de 1994 para um patamar superior a R\$ 674 bilhões em agosto de 2002 (sendo mais de 1/3 deste total atrelado à variação cambial).”

O endividamento público externo, além do endividamento público interno, elevou, pois o governo era forçado a adquirir empréstimos por meios de pacotes do Fundo Monetário Internacional (FMI) quando ocorria instabilidade na Bolsa de Valores de países emergentes e o capital especulativo advertia retirar-se desse mercado. Portanto, tal operação relacionada ao Plano Real derivou de armadilhas ao desenvolvimento econômico, pois a econômica crescia e consequentemente elevava os déficits comerciais e as transações comerciais. Logicamente, a moeda sobrevalorizada, e a abertura comercial repercutia de forma negativa em uma das principais contas superavitárias, ou seja, a balança comercial, que apresentaram expressivos déficits a partir de 1995. O círculo corrompido estava formado, pois o governo “solucionada” o problema com a emissão de

títulos da dívida pública para manter a moeda artificialmente estimada e para “encerrar” o balanço de pagamentos, mas totalmente submisso ao acesso de capital estrangeiro. Vidente o aumento da conexão e da fragilidade externa do país, enfrentadas pelo Plano Real, o governo brasileiro instigou o processo de privatização, sendo também fundamental para o equilíbrio fiscal. Portanto, o governo apostava com os leilões de desestatização refazer as reservas cambiais a fim de nutrir o real apreciado. No mais, as privatizações possuíam com premissas a modernização do parque produtivo, o excesso de participação estatal. Por fim, consagrava a proteção do Estado menor e do livre mercado.

As Moedas de privatizações:- A Lei n.º 8.018, de 11 de abril de 1990 criou os Certificados de Privatizações (CPs), título de emissão do Tesouro Nacional, instituindo em uma das principais ferramentas para a compra de empresas terceirizadas na esfera do PND. A Lei estabeleceu que as “entidades de previdência privada, sociedades seguradoras e de capitalização, além das instituições financeiras” advieram a serem compelidas a contraírem esse título (Art. 5º, da Lei n.º 8.018/90). Consequentemente, os valores só eram corrigidos de forma integral até a primeira oferta de ações da empresa pública em questão, em seguida, percentual da correção monetária reduziria 1 ponto ao mês até completar 40 (quarenta) meses e posteriormente a atualização ficaria no montante de 60 por cento da correção monetária. Os Certificados de Privatizações (CPs) possuem o encargo de centralizar verbas em moeda corrente para o Tesouro Nacional e, por conseguinte, de efetivar a transferência obrigatória para a União de recursos derivados de instituições do setor financeiro. A visão do governo era que as instituições financeiras poderiam contribuir para o PND, pois o setor foi beneficiado pelo processo inflacionário da economia brasileira. Outrossim, os CPs criaram um público importante nas participações de leilões, pois facilitou as vendas das empresas estatais acima do preço mínimo fixado. Contudo, o governo cedeu a pressões do setor financeiro e começou a aceitar créditos vencidos perante a União e aos órgãos da Administração Pública Federal inviabilizando na prática a arrecadação de recursos e mitigou a demanda potencial pelas ações das empresas ofertada em leilão. Simultaneamente, o governo criou a alternativa de utilizar dívidas vencidas securitizadas nos leilões de privatizações, logo, beneficiou a venda de empresas que estavam impossibilitadas.

As variações nos marcos legais para a desestatização e as privatizações nos governos brasileiros:- as tabelas de privatizações descritas neste assunto não contemplam o resultado referente à outorga de concessões de aproveitamentos hidrelétricos, linhas de transmissão, sistema de telecomunicação e setor de rodovias federais.

Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992):- O foco das privatizações no governo Collor foi as empresas estatais do seguimento de infraestrutura. A base legal deste processo tem como origem a Lei n.º 8.031, de 12 de abril de 1990 que implementou o I Programa Nacional de Desestatização (I PND). Insta salientar, que a Lei n.º 8.031, de 12 de abril de 1990 considerava a privatização “a alienação, pela União, de Direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade” (Art. 1, §, do I PND). As “atividades essenciais” foram escolhidas pelo governo para administrar, pois não exercia interesse de capital privado, segundo prego o dilema neoliberal. Portanto, as atividades de cunho estratégico e de responsabilidade direta do governo são à “educação, saúde, bem-estar social e qualidade de vida” (PROGRAMA..., 1992, p.2). As orientações da Lei n.º 8.031, de 12 de abril de 1990 iam de encontro com o disposto no Consenso de Washington, pois o I PND transferia para o setor privado as empresas estatais sob o comando do Estado. Ademais, o I PND limitou a participação de capital estrangeiro em 40 por cento nos leilões e restringiu a participação máxima, de forma excepcional, de 15 por cento para compras de ações de uma empresa estatal por distinta estatal. No ano de 1991 foi surpreendente a quantidade substancial de medidas judiciais, ao todo 27, por diversos temas relacionados aos primeiros processos de privatizações, tais como: ilegalidades no edital e subavaliação. As privatizações ocorreram nas

“áreas livres” denominadas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, logo, passíveis de serem transferidas para o setor privado. O governo Collor realizou a privatização de 18 empresas totalizando a quantia de US\$ 3,6 bilhões, conforme demonstrado na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Privatizações do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992)

Empresa privatizada	Valor da venda (em US\$ milhões)
Aços Finos Piratini S.A.	107,90
Companhia Eletromecânica Celma	90,70
Cia Aços Especiais Itabira (Acesita)	465,40
Companhia Brasileira de Estireno (CBE)	10,90
Companhia Industrial de Polipropileno (PPH)	59,40
Companhia Nacional de Alcalis (CNA)	81,40
Companhia Petroquímica do Sul (Copesul)	797,10
Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)	347,40
Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor)	13,70
Fertilizantes Fosfatados (Fosfértil)	182,00
Goiás Fertilizantes S.A. (Goiásfértil)	13,00
Indag S.A.	6,80
Material Ferroviário S/A (Maferasa)	48,40
Nitriflex S.A. Indústria e Comércio	26,20
Petroflex Indústria e Comércio S.A.	234,10
Polisul Petroquímica S.A.	56,80
Serviço de Navegação da Baía do Prata (SNBP)	12,00
Usiminas	1.112,40
Total	3.665,60

Fonte: adaptado de PROGRAMA..., 1992 e 1993.

Governo Itamar Franco (1992-1994):- A Medida Provisória n.º 362, de 25 de outubro de 1993 foi responsável pela ampliação da participação estrangeira no mercado brasileiro. A normativa legal elevou consideravelmente a participação de 40 para 100 por cento nas fases de privatizações de empresas estatais disponíveis em leilões. De mais a mais, ocorreram 15 privatizações no governo Itamar Franco que contabiliza a quantia de US\$ 3,2 bilhões, conforme ilustrado na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Privatizações do governo Itamar Franco (1992-1994)

Empresa privatizada	Valor da venda (em US\$ milhões)
Aço Minas Gerais S.A. (Açominas)	598,5
Acrilonitrila do Nordeste S.A. (Acrinor)	12,14
Arafértil S.A.	10,76
Ciquine Companhia Petroquímica	23,69
Companhia Pernambucana de B. Sint. (Coperbo)	25,95
Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	1.271,70
Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa)	359,80
Empresa Brasil. de Aeronáutica S.A. (Embraer)	192,20
Mineração Caraliba Ltda.	5,77
Oxiteno S.A. – Indústria e Comércio	53,90
Petroquímica União S.A. (PQU)	287,53
Polialden Petroquímica	16,73
Poliolefinas S.A.	87,10
Politeno Indústria e Comércio S.A.	44,87
Ultrafértil S.A. – Ind. e Com. de Fertilizantes S.A.	210,5
Total	3.201,13

Fonte: PROGRAMA..., 1994 e 1995.

Primeiro governo FHC (1995-1998):- A criação do Conselho Nacional de Desestatização (CND) em troca da Comissão Diretora facilitou a agilidade dos processos de privatização decorrente da Medida Provisória n.º 841, de 19 de janeiro de 2022. Não podemos destacar somente o Programa Nacional de Desestatização (PND) sem fazer menção a Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e a Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995. A Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 cria o regime geral de concessões aplicáveis ao seguimento de energia elétrica e transporte, sendo este o sistema rodoviário, ferroviário e portuário. Já a Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995 originária do regime de concessões de serviços e obras públicas, sendo o marco legal das concessões dos serviços e obras públicas, em específico de energia elétrica franqueando ao seguimento privado.

Em 1997 ocorreu a criação do II Plano Nacional de Desestatização (II PND) introduzida pela nova Lei da Desestatização, ou seja, a Lei n.º 9.491, de 9 de setembro de 1997 que por sua vez revogou a Lei n.º 8.031, de 12 de abril de 1990. A nova Lei da Desestatização aprimorou o mecanismo processual de privatizações no Brasil, além incluírem 2 (dois) novos seguimentos não existentes precedentemente, sendo a de serviços públicos e de instituições financeiras públicas estaduais.

No governo do FHC ocorreram a privatização de 31 (trinta e uma) empresas estatais em vários seguimentos da economia, tais como: energia, mineração, transporte e transporte, tendo arrecadado recorde histórico de US\$ 31,9 bilhões, conforme Tabela 3 ilustra a seguir:

Tabela 3 – Privatizações do primeiro governo FHC (1995-1998)

Empresa privatizada	Valor da venda (em US\$ milhões)
Banco Meridional do Brasil S/A	240,10
Cais de Capuaba	10,71
Cais de Paul	15,80
Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul)	879,48
Companhia Brasileira de Políuretanos (CBP)	38,00
Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp - Tecon 1)	251,1
Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC)	99,564
Companhia Petroquímica do Nordeste (Copena)	270,444
Companhia Química do Recôncavo (CQR)	1,708
Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)	3.298,90
Deten Química S.A.	12,10
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)	399,932
Estreco do Nordeste S.A. (EDN)	16,60
Koppol Films S.A.	3,10
Light Serviços de Eletricidade S.A.	2.356,90
Malha Paulista (antiga Fepesa)	15,80
Nitrocarbono S.A.	29,55
Polibrasil S.A. Indústria e Comércio	99,40
Polipropileno S.A.	81,20
Porto de Angra dos Reis	9,36
Porto de Sepetiba	92,96
Pronor S.A.	63,452
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Centro-Leste	316,90
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Nordeste	15,80
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Oeste	62,36
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Sudeste	888,90
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Sul	216,60
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Tereza Cristina	18,51
Salgema Indústrias Químicas S.A.	138,213
Sistema Telebrás	21.362,00
Terminal Roll-on Roll-Off do Porto de Rio de Janeiro	31,56
Total	31.974,00

Fonte: PROGRAMA... 1996, 1997, 1998 e 1999

Segundo governo FHC (1999-2002):- No segundo governo do Fernando Henrique Cardoso ocorreu a conclusão das privatizações do Sistema Telebrás, além da venda do Porto de Salvador (CODEBA) adquirida pela Wilport Operadores Portuários e venda da Datamec S.A. vinculada a Caixa Econômica Federal para a empresa Unisys Brasil S.A., conforme demonstra a Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 – Privatizações do segundo governo FHC (1999-2002)

Empresa privatizada	Valor da venda (em US\$ milhões)
Dalamec S.A. - Sistemas e Processamento de Dados	83,65 (47,29)
Porto de Salvador (CODEBA)	10,50 (21,00)
Banco do Estado de São Paulo S/A (BANESPA)	7.050,00 (3.671,00)
Banco do Estado de Goiás S/A (BEG)	655,00 (327,00)
Banco do Estado do Amazonas S/A (BEA)	182,91 (91,45)
Total	7.982,06 (4.157,74)

Fonte: BNDES, 2022

Primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006):- O governo Lula foi responsável pela privatização das rodovias federais por intermédio do Programa de Concessão de Rodovias Federais no ano de 2005. Portanto, as concessões ocorreram somente no governo subsequente, conforme demonstrado na Tabela 5:

Tabela 5 – Privatizações do primeiro governo Lula (2003-2006)

Empresa privatizada	Valor da venda (em US\$ milhões)
Banco do Estado do Maranhão S/A (BEM)	78,00 ()
Banco do Estado do Ceará S/A (BEC)	700,00 ()
Total	778,00 ()

Fonte: BNDES, 2022

Segundo governo Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010): O governo Lula foi responsável pela concessão de aproximadamente de 2,6 mil quilômetros de rodovias federais, leiloadas em 9 de outubro de 2007. Portanto, o maior vencedor do leilão da concessão para explorar, por 25 anos, os pedágios nas rodovias foi o grupo OHL originário da Espanha. A concessão das rodovias federais possui a

contrapartida de investimento pelas vencedoras no montante de R\$ 19 bilhões de reais (aproximadamente US\$ 9 bilhões de dólares). Outro ponto de destaque foi o leilão da Hidrelétrica Santo Antônio e o leilão da Usina Hidrelétrica de Jirau ambas estimadas em investimento pelo setor privado no montante de R\$ 37,5 bilhões de reais (aproximadamente US\$ 18 bilhões de dólares), conforme ilustrado na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6 – Privatizações do segundo governo Lula (2007-2010)

Empresa privatizada	Valor da venda em US\$ milhões* (R\$)
Ferrovia Noroeste Sul Açailândia (MA) – Palmas (TO)	0.700,00 (1.400,00)
Hidrelétrica Santo Antônio	5.000,00 (10.000,00)
Usina Hidrelétrica de Jirau	5.000,00 (10.000,00)
Total	15.700,00 (21.400,00)**

* Total aproximado em dólares (US\$)

** Contrapartida em investimento pelas concessões.

Fonte: BNDES, 2022

Primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014):- O Programa de Investimentos em Logística (PIL) foi criado pelo governo Dilma Rousseff visando a privatização de seguintes setores: portos, aeroportos e energia. Portanto, o setor privado será responsável por obras de infraestrutura pelos próximos 30 (trinta) anos em contrapartida as concessões concedidas. Entretanto, as concessões dos aeroportos tiveram êxitos no governo, além de alguma exceção como o Campo de Petróleo de Libra conhecido como a maior privatização da história brasileira, conforme mostrado na Tabela 7, a seguir:

Tabela 7 – Privatizações do primeiro governo Dilma (2011-2014)

Empresa privatizada	Valor da venda em US\$ milhões* (R\$)
Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN)	85,00 (170,00)**
Aeroporto Campinas - Viracopos (SP)	1.910,00 (3.820,00)**
Aeroporto Rio de Janeiro - Galeão (RJ)	9.500,00 (19.000,00)**
Campo de Petróleo de Libra	7.500,00 (15.000,00)**
IRB Brasil Resseguros S.A.	519,00 (250,00)
Total	19.514 (38.240,00)

Segundo governo Dilma Rousseff (2015-2016):- O segundo governo realizou a continuidade das concessões dos aeroportos, ou seja, Brasília Guarulhos e Belo Horizonte. Outro marco foi o impeachment da Dilma Rousseff que teve início em 2 de dezembro de 2015 com a cassação do mandato que encerrou em 31 de agosto de 2016, conforme mostrado na Tabela 8, a seguir:

Tabela 8 – Privatizações do segundo governo Dilma (2015-2016)

Empresa privatizada	Valor da venda em US\$ milhões* (R\$)
Aeroporto Brasília - JK (DF)	2.250,00 (4.500,00)**
Aeroporto Guarulhos - Cumbica (SP)	8.000,00 (16.000,00)**
Aeroporto Belo Horizonte - Confins (MG)	950,00 (1.920,00)**
Total	11.210,00 (22.420,00)**

* Total aproximado em dólares (US\$).

** Contrapartida em investimento pelas concessões.

Fonte: BNDES, 2022

Governo Michel Temer (2016-2018):- O governo Michel Temer iniciou no dia 12 de maio de 2016, quando o vice-presidente da República, Michel Temer, assumiu interinamente o cargo, após o afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff, em consequência da aceitação do processo de impeachment pelo Senado Federal no dia 12 de maio de 2016. O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi criado, no governo Michel Temer, pela Lei n.º 13.334, de 13 de setembro de 2016 “destinado à ampliação e fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização” (Art. 1.º, da PPI). O PPI inclui as demais medidas do Programa Nacional de Desestatização (PND) já existentes estabelecidos pela Lei n.º 9.491, de 9 de setembro de 1997. Portanto, a programa abraçava vários seguimentos, entre eles: geração hidrelétrica, distribuição de energia, transmissão de energia, ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, mineração, óleo e gás. Ao término do governo Temer ocorreu na venda de 91 (noventa e um) ativos públicos relacionados aos seguimentos acima citados, logo, repercutiu no valor aproximado de R\$ 144,3 bilhões de reais, significando 52 por cento dos projetos programados pelo governo. No mais, as concessões no período foram responsáveis pela quantia de R\$ 46,4

bilhões de reais, sendo que as privatizações corresponderam por aproximadamente R\$ 97,9 bilhões de reais. O vasto ativo e setores correlacionados combinados com a gestão ineficaz e a instabilidade política colaborou com o resultado anêmico do programa de governo Michel Temer.

Governo Jair Bolsonaro (2019-presente):- Os 100 primeiros dias de governo foi marcado pela herança do governo Michel Temer, ou melhor, pelo planejamento de concessões na gestão precedente que ocasionou na venda de 22 (vinte e dois) aeroportos divididos em e blocos de concessões. Outro forte fator de desestatização foi a venda de subsidiárias de estatais e de ações detidas pela União e suas empresas, sendo estas não computadas na tabela 8. Portanto, o governo de Jair Bolsonaro arrecadou R\$ 227 bilhões de reais entre janeiro de 2019 até dezembro de 2021. No ano de 2019 acumulou o montante de 110,1 bilhões de reais. Já no ano de 2020 o valor foi de R\$ 59,6 bilhões de reais e por fim no ano de 2021 outros R\$ 57,6 bilhões de reais, conforme ilustrado na Figura 9, a seguir:

Tabela 9 – Privatizações do governo Jair Bolsonaro (2019-presente)

Empresa privatizada	Valor da venda em US\$ milhões* (R\$)
1 terminal portuário – Porto de Vitória (ES)	82,5 (165,00)
3 terminais portuários – Porto de Cabedelo (PB)	27,16 (54,52)
Bloco Centro-Oeste – reuniu os aeroportos de Cuiabá, Alta Floresta, Rondonópolis e Sinop, todos no Mato Grosso	20,00 (40,00)
Bloco Norte – reuniu aeroportos de Manaus, Tabatinga e Tefé, no Amazonas, Porto Velho, em Rondônia, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre, e Boa Vista, em Roraima	210,00 (420,00)
Bloco Sudeste – reuniu os aeroportos de Vitória, no Espírito Santo, e Macaé, no Rio de Janeiro	218,50 (437,00)
BR Distribuidora	10.500,00 (21.000,00)
Campo de Petróleo e Gás de Tartaruga Verde	5.650,00 (11.300,00)
Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)	53,00 (106,00)
Refinaria Landulpho Alves (RLAM)	4.400,00 (8.800,00)
Transportadora Associada de Gás (TAG)	18.750,00 (37.500,00)
Trecho da Ferrovia Norte-Sul	1.359,50 (2.719,00)
Total	39.272,76 (78.545,52)

* Total aproximado em dólares (US\$).

Fonte: BNDES, 2022

Ao término do governo Temer ocorreu na venda de 91 (noventa e um) ativos públicos relacionados aos seguimentos acima citados, logo, repercutiu no valor aproximado de R\$ 144,3 bilhões de reais, significando 52 por cento dos projetos programados pelo governo. No mais, as concessões no período foram responsáveis pela quantia de R\$ 46,4 bilhões de reais, sendo que as privatizações corresponderam por aproximadamente R\$ 97,9 bilhões de reais. O vasto ativo e setores correlacionados combinados com a gestão ineficaz e a instabilidade política colaborou com o resultado anêmico do programa de governo Michel Temer.

Governo Jair Bolsonaro (2019-presente):-Os 100 primeiros dias de governofoimarcado pela herança do governo Michel Temer, ou melhor, pelo planejamento de concessõesnagestão precedente que ocasionounavenda de 22 (vinte e dois) aeroportosdivididos em e blocos de concessões. Outro forte fator de desestatizaçãofoi a venda de subsidiárias de estatais e de açõesdetidas pela União e suasempresas, sendo estas não computadas na tabela 8. Portanto, o governo de Jair Bolsonaro arrecadou R\$ 227 bilhões de reais entre janeiro de 2019 atédezembro de 2021. No ano de 2019 acumulou o montante de 110,1 bilhões de reais. Já no ano de 2020 o valor foi de R\$ 59,6 bilhões de reais e por fim no ano de 2021 outros R\$ 57,6 bilhões de reais, conforme ilustrado na Figura 9, a seguir:

As Ondas de Privatização no Brasil: Durante o período 1990-2015, foram realizadas 99 (noventa e nove) desestatizações, referentes aos setores siderúrgico, químico e petroquímico, fertilizantes, elétrico, ferroviário, mineração, portuário, aeroportuário, rodoviário, financeiro, de petróleo e outros, conforme o a Tabela 10, a seguir: Observe na Tabela 10 que o Programa Nacional de Desestatização - PND, no período 1990-2015, obteve uma receita análoga a US\$ 54,5 bilhões com a venda de empresas e com a alienação de participações minoritárias. Portanto, esse valor, acrescido do valor da dívida transferida ao setor privado, de cerca de US\$ 9,2 bilhões,

concebe um resultado total para o PND da ordem de US\$ 63,7 bilhões. (BNDES 2022), ilustrado na Tabela 11, a seguir:

Tabela 10 – Desestatizações - Federais – PND (período 1990-2015)*

Desestatizações	Quantidade
Empresas controladas	32
Participações Minoritárias	26
Concessões	34
Arrendamentos	7
Total	99

* O quadro acima não contempla o resultado referente à outorga de concessões de aproveitamentos hidrelétricos e linhas de transmissão.
Fonte: BNDES, 2022

US\$ milhões

Tabela 11 – Desestatizações - Federais – PND (período 1990-2015)*

Setores	Número de desestatização	Receita de Venda	Dívida Transferida	Resultado
Siderurgia	8	5.561,50	2.626,30	8.187,80
Petroquímica	27	2.698,50	1.002,70	3.701,20
Fertilizantes	5	418,20	75,30	493,50
Elétrico	3	3.908,20	1.669,90	5.578,10
Ferrovário	7	1.696,90	0,00	1.696,90
Mineração	2	5.201,80	3.558,80	8.760,60
Portuário	7	420,80	0,00	420,80
Financeiro	6	4.515,10	0,00	4.515,10
Petróleo e Gás	1***	4.840,30	0,00	4.840,30
Aeroportuário	8***	23.430,21	0,00	23.430,21
Rodoviário	21**	0,00	0,00	0,00
Outros	6	623,89	268,40	892,29
Total	99	54.542,43	9.201,40	63.743,83

Primeira onda:- Fertilizantes, Petroquímica, Químico, siderúrgica, outros setores (privatizações): A primeira onda de privatizações descrita nesse artigo iniciou no governo Fernando Collor de Mello e teve como foco os seguintes seguimentos: fertilizantes, petroquímica, químico, siderúrgica e outros setores. Insta salientar, que a privatização desse seguimento não precisava de autorização do Congresso Nacional e muito menos normas legais autorizativas. Os setores siderúrgicos e de fertilizantes tiveram as privatizações iniciadas no governo Collor (1990) e finalizadas no Governo do Itamar Franco (1994). Outros setores tiveram iniciados com a privatização, da Material Ferroviário S/A (Mafersa) em 11 de novembro de 1991, da Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) em 1992, a Embrar em 1994 e finalizado com a privatização da IRB Brasil Resseguros S.A em 2013 no primeiro governo Dilma Rousseff. Os setores químico e petroquímico tiveram as privatizações iniciadas no governo Fernando Collor de Mello (1990) e finalizado no primeiro Programa Nacional de Desestatização - PND realizado pelo governo FHC. Notemos as empresas privatizadas:

Setor Siderúrgico: Usiminas, Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor), Aços Finos Piratini S.A., Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Cia Aços Especiais Itabira (Acesita), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), Aço Minas Gerais S.A. (Açominas).

Setor Químico e Petroquímico: Petroflex Indústria e Comércio S.A., Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), Nitriflex S.A. Indústria e Comércio, Polisul Petroquímica S.A., Companhia Industrial de Polipropileno (PPH), Companhia Brasileira de Estireno (CBE), Poliolefinas S.A., Deten Química S.A., Oxiten S.A. – Indústria e Comércio, Petroquímica União S.A. (PQU), Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), Salgema Indústrias Químicas S.A., Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), Polipropileno S.A., Companhia Nacional de Alcalis (CNA), Pronor S.A., Politeno Indústria e Comércio S.A., Nitrocarbono S.A., Companhia Pernambuco de B. Sint. (Coperbo), Ciquine Companhia Petroquímica, Polialden Petroquímica, Acrilonitrila do Nordeste S.A. (Acrinor), Koppol Films S.A., Companhia Química do Recôncavo (CQR), Companhia Brasileira de Poliuretanos (CBP), Polibrasil S.A. Indústria e Comércio e Estireno do Nordeste S.A. (EDN).

Setor de Fertilizantes: Arafertil S.A., Ultrafertil S.A. – Ind. e Com. de Fertilizantes S.A., Goiás Fertilizantes S.A. (Goiásfertil), Fertilizantes Fosfatados (Fosfertil), Indag S.A.

Outros Setores: Empresa Brasil de Aeronáutica S.A. (Embraer), Mafersa, Companhia Eletromecânica Celma, Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) e IRB Brasil Resseguros S.A..

Segunda onda: Setor Mineração (privatizações): Iniciou com a venda da Mineração Caraíba Ltda em 1994, no governo Itamar Franco e teve seu ciclo finalizado com a venda da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no dia 6 de maio de 1997 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso com financiamento subsidiado, disponibilizado aos compradores pelo BNDES.

Setor de Mineração: Mineração Caraíba Ltda e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Terceira onda: Elétrico, Ferroviário, Portuário e Financeiro (privatizações):- A terceira onda foi realizada por intermédio da Lei n.º 8.031, de 12 de abril de 1990 que introduziu o I Plano Nacional de Desestatização (I PND) realizada no Governo FHC. Os setores elétrico e ferroviário tiveram suas privatizações iniciada e finalizada no primeiro governo FHC. Portanto, ano de 1995 a 1998. O setor portuário teve sua privatização iniciada no primeiro governo FHC e finalizada com a venda do Porto de Salvador (CODEBA) no segundo governo FHC. No setor financeiro o controle do Banco Meridional do Brasil S/A foi vendido num leilão de privatização na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, no dia 4 de dezembro de 1997, cujo preço mínimo era de R\$ 171,4 milhões de reais, e adquirido pelo Banco Bozano Simonsen, pelo valor de R\$ 265.662.872,62 (duzentos e sessenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos), ou seja, com um ágio de 54,97 por cento do valor original. Com a venda, a ex-estatal passou a ser a primeira instituição financeira vendida, abrindo precedente para a venda também das estatais federalizadas como o Banco do Estado de São Paulo S/A (BANESPA; privatizada em 20 de novembro de 2000), Banco do Estado de Goiás S/A. (BEG; privatizada em 4 de dezembro de 2001), Banco do Estado do Amazonas S/A (BEA; privatizada em 24 de janeiro de 2002), Banco do Estado do Maranhão S/A (BEM; privatizada em 1 de fevereiro de 2004) e Banco do Estado do Ceará S/A (BEC; privatizada em 21 de dezembro de 2005).

Setor Elétrico: Light Serviços de Eletricidade S.A, Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul).

Setor Ferroviário: RFFSA - Malha Oeste, RFFSA - Malha Centro-Leste, RFFSA - Malha Sudeste, RFFSA - Teresa Cristina, RFFSA - Malha Sul, RFFSA - Malha Nordeste e RFFSA - Malha Paulista.

Setor Portuário: Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp - Tecon 1), Porto de Sepetiba, Cais de Paul e Cais de Capuaba (CODESA), terminal roll-on roll-off (CDRJ), Porto de Angra dos Reis (CDRJ) e Porto de Salvador (CODEBA).

Setor Financeiro: Banco Meridional do Brasil S/A, Banco do Estado de São Paulo S/A (BANESPA), Banco do Estado do Amazonas S/A (BEA), Banco do Estado de Goiás S/A. (BEG), Banco do Estado do Maranhão S/A (BEM) e Banco do Estado do Ceará S/A (BEC).

Quarta onda: Telecomunicação (privatizações e concessões):- Inicialmente foi necessário o desfazimento do monopólio governamental, responsável pelos serviços de telecomunicação, em um no sistema organizacional. O novo sistema de concessão pública a operadores privados com pilar na competição e orquestrado pelo crescimento da universalização dos serviços. A reestruturação ocorreu com amparo legal no setor em questão, sendo responsável pela criação do novo sistema de telecomunicação brasileira. A Emenda n.º à Constituição Federal aprovada pelo Congresso Nacional em 8 de agosto de 1995 permitiu ao Governo Federal outorgar concessões para exploração de serviços de telecomunicações ao setor privado. A Lei n.º 9.295/96 permitiu a licitação de concessões de telefonia celular da banda B. O Congresso Nacional, em julho de 1997, aprovou a Lei Geral das Telecomunicações (Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997), a base regulatória para o setor, que também continha as diretrizes para a

privatização do Sistema Telebrás. Segundo a Lei Geral das Telecomunicações, o processo decisório relativo à privatização do setor ficou a cargo de uma Comissão Especial de Supervisão, ligada hierarquicamente ao Ministério das Comunicações, e não sob a alçada do Conselho Nacional de Desestatização (CND), ao qual o BNDES se reportava em assuntos de privatização, como Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND) (BNDS 2022b). Em fevereiro de 1998, foi assinado Contrato entre o BNDES e o Ministério das Comunicações atribuindo-se ao Banco a coordenação da modelagem de venda e do próprio leilão do Sistema Telebrás (BNDS 2022b). A privatização do Sistema Telebrás ocorreu no dia 29 de julho de 1998 através de 12 leilões consecutivos na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – BVRJ, pela venda do controle das três holdings de telefonia fixa, uma de longa distância e oito de telefonia celular, configurando a maior operação de privatização de um bloco de controle já realizada no mundo. Com a venda, o governo arrecadou um total de R\$ 22 bilhões, um ágio de 63 por cento sobre o preço mínimo estipulado (BNDS 2022b), conforme ilustrado nas Tabelas 12, a 18, a seguir:

Tabela 12 – Telecomunicações 1991-2002 (US\$ milhões)

Empresa	Resultado dos leilões	Dívidas transferidas	Resultado Geral
1. Empresas Federais	19.237	2.125	21.362
- Telefonia fixa e serviços de longa distância	11.970	2.125	14.095
- Telefonia Celular – Banda A	6.974	-	6.974
- Oferta Empregados	293	-	293
2. Concessões	9.813	-	9.813
- Telefonia Celular – Banda B	7.613	-	7.613
- Telefonia Celular – Banda D	1.334	-	1.334
- Telefonia Celular – Banda D (sobras)	18	-	18
- Telefone Celular – Banda E	482	-	482
- Telefone Celular – Banda E (sobras)	238	-	238
- Empresas Espelho	128	-	128
Total	29.050	2.125	31.175

Fonte: BNDES, 2022

Tabela 13 – Telefonia Fixa e Serviços de Longa Distância (US\$ milhões)

Empresa	Resultado dos leilões
Telesp	4.867
Tele Centro Sul	1.778
Tele Norte Leste	2.349
Embratel	2.276
Total	11.970

Fonte: BNDES, 2022

Tabela 14 – Empresas de Telefonia Celular Banda A (US\$ milhões)

Empresa	Resultado dos leilões
Telesp Celular	3.082
Tele Sudeste Celular	1.168
Telemig Celular	649
Tele Celular Sul	601
Tele Nordeste Celular	567
Tele Leste Celular	368
Tele Centro Oeste Celular	378
Tele Norte Celular	161
Total	6.974

Fonte: BNDES, 2022

Tabela 15 – Concessões de Telefonia Celular Banda B (US\$ milhões)

Área de Concessão	Resultado dos leilões
Área 1	2.453
Área 2	1.223
Área 3	1.327
Área 4	457
Área 5	729
Área 6	315
Área 7	314
Área 8	51
Área 9	232
Área 10	512
Total	7.613

Fonte: BNDES, 2022

Tabela 16 – Concessões de Telefonia Celular Banda D (US\$ milhões)

Área de Concessão	Resultado dos leilões
Área 1	556,2
Área 2	274,1
Área 2 (sobras)	18,7
Área 3	503,2
Total	1.352,2

Fonte: BNDES, 2022

Tabela 17 – Concessões de Telefonia Celular Banda E (US\$ milhões)

Área de Concessão	Resultado dos leilões
Área 1	481,7
Área 1 (sobras)	65,9
Área 2 (sobras)	53,4
Área 3 (sobras)	118,5
Total	719,5

Fonte: BNDES, 2022

Tabela 18 – Concessões para Empresas Espelho (US\$ milhões)

Área de Concessão	Resultado dos leilões
Região I (Tele Norte Leste)	45,5
Região II (Tele Centro Sul)	0,1
Região III (Telesp)	41,1
Região IV (Embratel)	41,7
Total	128,4

Fonte: B BNDES, 2022

Quinta onda: Setor de Rodovias Federais (concessões):- As Leis n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, n.º 9.074, de 7 de julho de 1995 e n.º 9.277, de 10 de maio de 1996, consolidaram o embasamento jurídico necessário para a implantação do programa de Concessões de Rodovias. A promulgação da Lei n.º 9.277/96 (denominada Lei das Delegações), criou a possibilidade de estados, municípios e o Distrito Federal solicitarem a delegação de trechos de rodovias federais para incluí-los em seus Programas de Concessão de Rodovias. A Portaria n.º 368/96, do Ministério dos Transportes, estabeleceu os procedimentos para a delegação de rodovias federais aos estados dentre outras definições. Em 1997 e 1998 incluí-se no programa de concessões federais trechos que estavam em obras de duplicação, como o da BR-381/MG/SP, entre Belo Horizonte e São Paulo, e todo o corredor formado pelas rodovias BR-116/SP/PR, BR-376/PR e BR-101/SC, entre São Paulo, Curitiba e Florianópolis. No mesmo período foram excluídos do programa outros trechos, que eram objeto de restauração e ampliação de capacidade. Com a promulgação da Lei n.º 10.233, de 5 de junho de 2001, foram criados a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e foi extinto o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER). Nesse ínterim, o papel da regulação do setor de transportes terrestres, incluindo a regulação dos contratos das rodovias federais concedidas passou a ser exercido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O Programa de Concessão de Rodovias Federais abrange 11.191,1 quilômetros de rodovias, desdobrado em concessões promovidas pelo Ministério dos Transportes, pelos governos estaduais, mediante delegações com base na Lei n.º 9.277/96, e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Tabela 19 – Setor de Rodovias Federais (Concessões)

Rodovias	Trechos
BR-116/RJ/SP (NOVADUTRA)	Rio de Janeiro – São Paulo
BR-040/MG/RJ (CONCER)	Rio de Janeiro – Juiz de Fora
BR-116/RJ (CRT)	Rio de Janeiro – Teresópolis – Além Paraíba
BR-290/RS (CONCEPA)	Osório – Porto Alegre
BR-116/293/392/RS (ECOSUL)	Pólo de Pelotas
BR-116/PR/SC (AUTOPISTA PLANALTO SUL)	Curitiba – Div. SC/RS
BR-116/PR - BR-376/PR - BR 101/SC (AUTOPISTA LITORAL SUL)	Curitiba – Palhoça
BR-116/SP/PR (AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT)	São Paulo – Curitiba (Régis Bittencourt)
BR-381/MG/SP (AUTOPISTA FERNAO DIAS)	Belo Horizonte – São Paulo (Fernão Dias)
BR-101/RJ (AUTOPISTA FLUMINENSE)	Ponte Rio-Niterói – Div. RJ/ES
BR-153/SP (TRANSBRASILIANA)	Div. MG/SP – Div. SP/PR
BR-393/RJ (RODOVIA DO AÇO)	Div. MG/RJ - Entr. BR-116 (Dutra)
BR-116/324/BA e BA-526/528 (VIABAHIA)	Divisa BA/MG - Salvador - Acesso à Base Naval de Araruá
BR-101/ES/BA (ECO-101)	Entr. com a BA-698 (acesso a Mucuri) - Divisa ES/RJ
BR-060/GO/MG (MGO Rodovias)	Entr. com a BR-040 (Cristalina)/GO - Divisa MG/SP
BR-060/153/262/DF/GO/MG (CONCEBRA)	620,20 km da BR-060 e BR-153, desde o entr. com a BR-251, no DF, até a divisa MG/SP, e 546,30 km da BR-262, do entr. com a BR-153 ao entr. com a BR-391, em MG
BR-163/MS (MS VIA)	Trecho integralmente inserido no estado do MS (início na divisa com o estado do MT e término na divisa com o PR)
BR-163/MT (CRO)	Trecho de 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na MT-407 (início na divisa com o estado do MS e término no km 855,0, no entroncamento com a MT-220)
BR-040/DF/GO/MG (Via 040)	Trecho Brasília/DF – Juiz de Fora/MG
BR-153/TO/GO	Trecho Anápolis/GO (BR-068) até Aliança do Tocantins/TO (TO-070)
BR-101/RJ (ECOPONTE)	Ponte Rio-Niterói

A ANTT administra atualmente 21 (vinte e um) concessões de rodovias, totalizando 9.969,6 km, sendo quatro concessões contratadas pelo Ministério dos Transportes, entre 1994 e 1997, uma pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1998, com posterior Convênio de Delegação das Rodovias denunciado e o contrato sub-rogado à União em 2000, oito concessões referentes à segunda etapa - fases I (2008) e II (2009), uma concessão referente à terceira etapa - fase II (2013), seis concessões que são partes integrantes do Programa de Investimentos em Logística, pertencente à terceira etapa - fase III (2013 e 2014) e, por fim, a Ponte Rio-Niterói, cuja nova concessão teve início em 2015, conforme ilustrado na Tabela 19, a seguir.

Sexta onda: Energia Elétrica (concessões):- Aproveitamentos Hidrelétricos:

Concessões de Geração de Energia Elétrica para Produtores Independentes e Autoprodutores: Irapé, Campos Novos, Cana Brava, Ponte da Pedra, Porto Estrela, Queimado, Itapebi, Itumirim, Luís Eduardo Magalhães (ex-Lajeado), Pirajú, Santa Clara, Barra Grande, Candonga, Ourinhos, Quebra queixo, Corumbá IV, Monte Claro, 14 de Julho, Castro Alves, Picada, Capim Branco I, Capim Branco II, Murta, Barra de Braúna, Itaocara, Espora, Fundão - Santa clara, Corumbá III, São Jerônimo, Baú I, Foz do Chapecó, Serra do Facão, Peixe Angical, Simplício, Salto Pilão, São João, Cachoeirinha, São Salvador, Monjolinho, Pedra do Cavalo, Conto Magalhães, Santa Isabel, Pai Querê, Caçu/Barra dos Coqueiros, Salto, Traíra II, Salto do Rio Verdinho, São Domingos, Olho d'Água e Estreito.

Concessões para Serviço Público de Energia: Emboque, Cubatão, Rosal.

Linhas de Transmissão: Interligação Norte-Sul II; Interligação Norte-Sul; Interligação Sudeste Nordeste; Itajubá - 3; Taquaruçu - Assis - Sumaré; Campos Novos - Blumenau; Interligação Sul-Sudeste; Tucuruí - Vila do Conde; Interligação Norte-Nordeste; Bateias - Jaguaraiá; Goianinha - Mussurê; Chavantes - Botucatu; Xingó - Angelim; Angelim - Campina Grande e Subestação Angelim; Presidente Médici - Pelotas 3; Uruguiana - Santa Rosa; Campos Novos - Santa Marta; Vila do Conde - Santa Maria; Tigico Preto - Cachoeira Paulista; Expansão da Interligação Norte-Nordeste; Itumbiara - Marimondo e Paraíso - Açú.

Sétima onda: Informática (privatização):- A Datamec S.A - Sistemas e Processamento de Dados foi a única empresa de informática privatizada pelo governo federal. A companhia norte-americana Unisys comprou, a Datamec de "porteira fechada" (com todos os contratos que a estatal tinha em vigor), no dia 23 de junho de 1999, em leilão de privatização realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ). A multinacional ofertou R\$ 83,65 milhões pela Datamec, preço 0,002% acima do valor mínimo de venda, de R\$ 83.648.990,00. O negócio foi extraordinário para os compradores, pois desde a privatização até 2015, o lucro líquido da empresa chega ao montante de R\$ 796.714.000,00. Privatizada, a Datamec manteve contratos importantes com o governo Federal, com destaque para a Caixa Econômica Federal (CEF) e para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para o qual desenvolveu e processou o Seguro Desemprego. Após 57 anos de atividades, a Datamec deixa de existir em 31 de julho de 2016 e é incorporada pela Unisys em 1º de agosto de 2016, com a criação da Unisys do Brasil Ltda, que passa a administrar os contratos e o corpo funcional da empresa.

Oitava onda: Aeroportuário (concessões):- O governo Dilma Rousseff foi responsável pelo início das concessões desse seguimento que começou no primeiro governo e foi concluído no governo Jair Bolsonaro em 7 de abril de 2021 com a concessão de 22 (vinte dois) aeroportos.

Setor Aeroportuário: Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte; Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro - SBGR, em Guarulhos - SP; Aeroporto Internacional de Viracopos - SBKP, no

Estado de São Paulo; Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek – SBBR, no Distrito Federal; Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim (Galeão), no Estado do Rio de Janeiro (RJ); e Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins), nos Municípios de Confins e Lagoa Santa (MG); Bloco Sul: Aeroporto de Curitiba, PR – Afonso Pena (SBCT), Aeroporto de Foz do Iguaçu, PR – Cataratas (SBFI), Aeroporto de Navegantes, SC – Ministro Victor Konder (SBNF), Aeroporto de Londrina, PR – Governador José Richa (SBLO), Aeroporto de Joinville, SC – Lauro Carneiro de Loyola (SBJV), Aeroporto de Bacacheri, PR (SBBI), Aeroporto de Pelotas, RS (SBPK), Aeroporto de Uruguaiana, RS – Rubem Berta (SBUG) e Aeroporto de Bagé, RS – Comandante Gustavo Kraemer (SBBG); Bloco Norte: Aeroporto Internacional de Manaus, AM – Eduardo Gomes (SBEG), Aeroporto de Porto Velho, RO – Governador Jorge Teixeira de Oliveira (SBPV), Aeroporto de Rio Branco, AC - Plácido de Castro (SBRB), Aeroporto de Cruzeiro do Sul, AC (SBCZ), Aeroporto de Tabatinga, AM (SBTT), Aeroporto de Tefé, AM (SBTF), Aeroporto de Boa Vista / RR – Atlas Brasil Cantanhede (SBBV) e Bloco Centro-Oeste: Aeroporto de Goiânia, GO – Santa Genoveva (SBGO), Aeroporto de São Luís, MA – Marechal Cunha Machado (SBSL), Aeroporto de Teresina, PI (SBTE) – Senador Petrônio Portella, Aeroporto de Palmas, TO – Brigadeiro Lysias Rodrigues (SBPJ), Aeroporto de Petrolina, PE – Senador Nilo Coelho (SBPL) e Aeroporto de Imperatriz, MA – Prefeito Renato Moreira (SBIZ).

Nona onda: Petróleo e Gás (privatizações e concessões):- O governo Dilma Rousseff deu início a última onda de privatizações e concessões com o leilão do Campo de Petróleo de Libra, realizado 21 de outubro de 2013, sendo considera a maior concessão realizada na história do país, não relacionado ao valor arrematado, mas o potencial com o retorno que o Campo de Petróleo de Libra traria ao Estado e aos cofres públicos. No mais, no governo de Jair Bolsonaro leiloou o Campo de Petróleo e Gás de Tartaruga Verde (2019), sendo a BR Distribuidora vendida em 30 de junho de 2021 por R\$ 11.358 bilhões as ações da empresa de postos de combustíveis, a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), vendida em 30 de novembro de 2021, e por fim a Transportadora Associada de Gás (TAG), 13 de junho de 2021, foi vendida por US\$ 8,6 bilhões para o grupo francês Engie Brasil Energia e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ).

RESULTADOS ECONÔMICOS DA PRIVATIZAÇÃO

Em entrevista realizada pela revista Rumos em fevereiro de 2001, o ex-chefe do Departamento Econômico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sr. Armando Castelar relatou que as privatizações das empresas estatais foram a sustentabilidade do Plano Real, pois foi crucial para a redução da dívida pública em aproximadamente em dez por cento do Produto Interno Bruto (PIB). De mais a mais, Castelar (2001) afirma que as privatizações beneficiaram o investimento no setor produtivo e de infraestrutura e ocasionou o processo de retomada do desenvolvimento econômico, pois ocorreu a redução fiscal. Destaca-se, que as empresas estatais em virtude das privatizações não demandaram mais recursos orçamentários, além disso, a baixa de juros em virtude da redução de recursos por parte do setor privado sobre a poupança privada. Em contrapartida Aloysio Biondi (1999) o governo não obteve vantagem sobre a venda das estatais, pois as dívidas foram assumidas pelo governo. Outro ponto, é que o governo utilizou o dinheiro do Tesouro Nacional para honrar as dívidas das estatais vendidas, além em poder do governo as empresas poderiam lucrar e quitar suas dívidas. Relacionado ao aumento de investimentos, segundo Aloysio Biondi (1999), relata que os compradores das estatais nacionais adquiriram empréstimos bilionários junto ao BNDES para comprimir o programa de investimento apropriado.

IMPLICAÇÕES E DISCUSSÃO

A privatização no Brasil é tema que possui implicações em quase todos os setores da economia e tem sido estudado recentemente (Dias, M. & Navarro, R. 2017; Dias, M.et. al. 2014; Dias, M., and Aylmer, 2018; Dias, M.; Teles, A.; Pilatti, 2018; Dias, M., Teles, A.; Duzert, 2018), entre outros. O levantamento bibliográfico, bem como os resultados e análises das entrevistas realizadas, resultou no cumprimento do objetivo da pesquisa. O material bibliográfico proporcionou definições claras e objetivas sobre o tema privatização no Brasil, abordado em nove ondas de desestatizações. Primeiramente, os marcos legais foram apresentados, seguidos dos resultados compreendidos entre 1988 e a presente data, perfazendo o total de 109 privatizações ocorridas no período. O presente trabalho teve o mérito de condensar dados secundários esparsos em um único e inédito trabalho sobre o tema no Brasil. Os autores são favoráveis à privatização porque torna o estado mais enxuto. Os estudos de viabilidade técnica deveriam ser aperfeiçoados, pois muitas das privatizações ocorreram de forma não planejada, com prejuízos econômicos, em alguns casos. A necessidade de fluxo de caixa e equilíbrio nas contas públicas acabou, em muitos casos, por precipitar a venda de ativos lucrativos que contribuíam significativamente para com a arrecadação do Governo. Portanto, no afã de se fazer caixa, muitas empresas lucrativas foram vendidas a preços que poderiam ter sido mais ajustados ao valor de mercado. Observamos que não há falhas consideráveis relativas aos marcos regulatórios, referentes a privatizações ou concessões. Ressaltamos a necessidade de aprimoração do programa de desestatização brasileiro, porque a forma constituída atualmente não consegue analisar adequadamente o estudo técnico da privatização, seja pelo aspecto econômico, seja no aspecto técnico. Os esforços correntes não se mostram muito efetivos ou transparentes. Portanto, medidas futuras são necessárias a fim de conduzir o processo com mais segurança jurídica e econômica, a fim de preservar o patrimônio do País.

Recomendações para pesquisa futura: recomendamos o estudo de caso aplicado a uma privatização emblemática, como por exemplo a privatização da Eletrobrás, a quarta maior empresa de energia elétrica do mundo, bem como a revisitação do caso em futuro próximo, a fim de averiguar se as medidas adotadas surtirão efeito no longo prazo.

REFERENCES

- Agência Senado 2016. Senado abre processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Retrieved from <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/12/senado-abre-processo-de-impeachment-contradilma-rousseff>, on April 24, 2022.
- Agência Senado 2019. Venda de transportadora de gás da Petrobras recebe duras críticas na CDR. Retrieved from <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/08/venda-de-transportadora-de-gas-da-petrobras-recebe-duras-criticas-na-cdr>, on June 19, 2022.
- ANTT 2022. Histórico. Retrieved from <http://anuario.antt.gov.br/index.php/content/view/4978/Historico.html>, on June 19, 2022.
- Baer, Werner (2002) *A economia brasileira*, São Paulo, Nobel.
- Batista Jr., P. N.; Rangel, A. S 1994. A renegociação da dívida externa brasileira e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados. *Caderno Dívida Externa*. n. 7, PEDEX, São Paulo.
- Batista, P. N. B 1994. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas Latino-Americanos. *Caderno Dívida Externa*. n. 6, PEDEX, São Paulo.
- Benmarker, H., Mellander, E. and Öckert, B. 2009. Do regional payroll tax reductions boost employment? *Labour Economics* 16, 480-489.
- Biondi, A 2014. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Geração Editorial.
- Biondi, Aloysio 1999. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

- BNDES 2020. Histórico. Retrieved <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Historico#:~:text=2004,-%C3%82mbit o%20Federal&text=Em%2010.02.2004%2C%20o%20Banco,R %24%2077%2C2%20milh>
- BNDS (2022b). Privatização - Federais - Telecomunicações. Retrieved from <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Privatizacao-Federais-Telecomunicacoes>, on June 17, 2022.
- BNDS 2022. Privatização - Federais - PND. Retrieved from <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Privatizacao-Federais-PND>, on June 17, 2022.
- Bonomo, M., R. Brito and B. Martins 2015. The after crisis government-driven credit expansion in Brazil: A firm level analysis. *Journal of International Money and Finance* 55: 111-134.
- Boueri Miranda, Rogerio; Rocha, Fabiana; and Rodopoulos, Fabiana 2015. Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência. Tesouro Nacional, Brasília.
- Brasil 1943. *Consolidação das Leis do Trabalho – CLT* (Labor Laws Consolidation), Brazilian Federal Law no. 5.452, May 1st, 1943.
- Brasil 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm, on March 10, 2018.
- Brasil 1990. Lei de Privatização de 1990 - Lei 8031/90 | Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Retrieved from <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104941/lei-deprivatizacao-de-1990-lei-8031-90>, on March 1, 2018.
- Brasil 1995. *Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8987compilada.htm, on March 20, 2018.
- Brasil 1997. *Plano Nacional de Desestatização*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9491.htm#art35, on March 20, 2018.
- Brasil 2001. *Lei no 10.303, de 31 de outubro de 2001*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10303.htm on March 1, 2018.
- Brasil 2016. *Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13360.htm#art8, on March 21, 2018.
- Brasil 2018. *Inflação*. Retrieved from <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/inflacao>, on March 19, 2018.
- Brasil de Fato 2022. Privatizações de aeroportos fracassam e devem virar dívida para governo. Retrieved from <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/07/privatizacoes-de-aeroportos-fracassam-e-devem- virar-divida-para-governo>, on April 19, 2022.
- Campos, F. A 2009. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Campinas: Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas
- Cano, W 2012. *A desindustrialização no Brasil*. Texto para discussão. IE/UNICAMP: Campinas, n. 200, jan.
- Caprettini, B. 2015. Turnover taxes and Productivity, Evidence from a Brazilian Tax Reform. Universitat Pompeu Fabra.
- Castelar, Armando. *RUMOS, Economia & Desenvolvimento para os Novos Tempos*, Cidade, ABDE editora, n. 181, fevereiro.
- Chesnais, F 1996. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- Chesnais, F 1995. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Economia e Sociedade*. Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, n. 5, dez.
- CNN Brasil Business 2022. Fundo arremata Codesa por R\$ 106 milhões em 1ª privatização portuária do país. Retrieved from <https://www.cnnbrasil.com.br/business/fundo-arremata-codesa-por-r-106-milhoes-em-1a-privatizacao-portuaria-do-pais/>, on May 5, 2022.
- Costa Neto, Y. 2004. *Bancos Oficiais do Brasil: origem e aspectos do seu desenvolvimento*. Brasília: Banco Central do Brasil.
- Cruz, B.S.; Dias, M. 2020. Does Digital Privacy Really Exist? When the Consumer Is the Product. *Saudi Journal of Engineering and Technology*, 5(2), 0-4. doi: 10.36348/sjet.2020.v05i02.00X
- Da BBC Brasil em Washington 2013. Leilão de Libra foi um sucesso?. Retrieved from https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/10/131021_pre_sal_brasil_mm_pu, on April 24, 2022.
- Deo, A 2005. *A FIESP e as novas inflexões do capital na década de 1990*. Marília: Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- Dias, M. & Navarro, R. 2017. O Fator Confiança em Relações Governamentais e sua importância para o futuro da atividade. In: *Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais*. 3a. Edição comemorativa, agosto de 2017, pp.38-41.
- Dias, Murillo et. al. 2014. Domestic Workers' Rights in Brazil: Improvement of Labor Regulation. In: *Humanities and Social Sciences Review*, vol.3(2), , ISSN 2165-6258, pp. 9-21.
- Dias, Murillo, and Aylmer, R. 2018. Is the Brazilian Civil Service reform about to succeed? In: *Global Journal of Political Science and Administration (GJPSA)*, Vol 6, Issue 2, April 2018, pp. 13-25.
- Dias, M.; Teles, A.; Pilatti, K. (2018) The Future of Privatization in Brazil: Regulatory and Political Challenges. *Global Journal of Politics and Law Research*, 6(2), 32-42. doi: 10.6084/m9.figshare.7834709
- Dias, Murillo, Teles, A.; Duzert, Y. 2018 Will Boeing succeed with the Embraer acquisition operation, despite the Brazilian Federal Government golden share veto? In: *International Journal of Business and Management Review* Vol.6, No.2, pp.55-64, March 2018.
- Diplomatique Brasil 2019. A privatização em “marcha forçada” nos governos Temer e Bolsonaro. Retrieved from <https://diplomatique.org.br/a-privatizacao-em-marcha-forcadanos-governos-temer-e-bolsonaro/>, on May 5, 2022.
- Edwards, Ruth Dudley 1995. *The Pursuit of Reason: The Economist 1843–1993*. Harvard Business School Press. p. 946. ISBN 0-87584-608-4.
- Eletrobras 2018. *Eletrobras*. Retrieved from <http://eletrobras.com/pt/Paginas/home.aspx>, on March 21, 2018.
- Época 2009. *Enfim, Lula privatizou....* Retrieved from <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI58587-15223,00-ENFIM+LULA+PRIVATIZOU.html>, on April 15, 2022.
- Exame 2012. Conheça o consórcio que ganhou a concessão do aeroporto de Brasília. Retrieved from <https://exame.com/negocios/conheca-o-consorcio-que-ganhou-a-concessao-do-aeroporto-de-brasilia/>, on April 24, 2022.
- Exame 2017. *As lições da Telebras para a privatização da Eletrobras*, Retrieved from <https://exame.abril.com.br/blog/luiz-carlos-mendonca-de-barros/as-licoes-da-telebraspara-a-privatizacao-da-eletobras/>, on March 21, 2018.
- Eximbank 2018. Eximbank, retrieved from <https://www.exim.gov/>, on March 19, 2018.
- Folha de São Paulo 2018 220 deputados declaram que votarão contra reforma da Previdência. Retrieved from <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1940020-220-deputados-declaram-que-votarao-contra-reforma-da-previdencia.shtml>, on March 11, 2018.
- Filgueiras, L. A. M 2006. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. 3 ed., São Paulo: Boitempo.
- Folha de São Paulo 1994. Mineração Caraíba é vendida por R\$ 4,6 mi. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/29/brasil/28.html>, on June 17, 2022.
- Folha de São Paulo 2000. Privatização Estatal, que funciona como seguradora das demais companhias, vai ser vendida no dia 20 de abril. Preço mínimo do IRB é R\$ 519 milhões. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi203200018.htm>, on June 17, 2022.
- Folha de São Paulo 2000. Santander surpreende e leva o Banespa na privatização mais cara da história. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi211120002.htm>, on June 21, 2022.

- Folha de São Paulo 2001. Banco custa R\$ 655 mi; disputa com o Bradesco foi acirrada. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0512200134.htm>, on June 21, 2022.
- Folha de São Paulo 2001b. Privatização. Bradesco leva banco do AM por R\$ 182 mi. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2501200224.htm>, on June 21, 2022.
- Folha de São Paulo 2005. Privatização. Bradesco compra banco do CE por R\$ 700 mi. Retrieved [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2212200526.htm#:~:text=O%20BEC%20\(Banco%20do%20Estado,do%20Maranh%C3%A3o%2C%20no%20ano%20passado.,](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2212200526.htm#:~:text=O%20BEC%20(Banco%20do%20Estado,do%20Maranh%C3%A3o%2C%20no%20ano%20passado.,) on June 21, 2022.
- Folha Dirigida 2018. *Concursos*. Retrieved from <https://folhadirigida.com.br/concursos>, on March 11, 2018.
- G1 2017. *Quinze por cento das rodovias federais estão privatizadas*. Retrieved from <https://veja.abril.com.br/blog/radar/quinze-por-cento-das-rodovias-federais-estaoprivatizadas/>, on March 20, 2018.
- G1 2017b. *A sentença que condenou Lula: leia a íntegra e veja os pontos principais*. Retrieved from <https://g1.globo.com/politica/noticia/a-sentenca-da-condenacao-delula.ghtml/>, on March 20, 2018.
- G1 2021. Governo arrecada R\$ 3,3 bilhões com leilão de 22 aeroportos; veja os vencedores. Retrieved from <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/07/leilao-de-aeroportos-atrai-interessados-para-todos-os-3-blocos.ghtml>, on June 19, 2022.
- Gonçalves, R. 1999. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra.
- Harvey, D. 2003. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- IBGE 2018. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Privatizações no Brasil*. Retrieved from <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca/catalogo.html?id=21212&view=detalhes>, on March 20, 2018.
- IBOPE 2018. Avaliação negativa do governo Temer para de crescer. Retrieved from <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/avaliacao-negativa-do-governotemer-para-de-crescer/>, on March 11, 2018.
- Instituto Humanitas Unisinos 2015. *De 2003 a 2014: as hidrelétricas de Lula e Dilma*. Retrieved from <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/538687-de-2003-a-2014-as-hidreletricas-de-lula-e-dilma>, on April 15, 2022.
- Maldonado in Carrion, R. K. M.; Vizontini, P. G. F. 1998. *Globalização, neoliberalismo, privatizações*, 2.ed., Porto Alegre, UFRGS
- Mplan 2018. *Privatizações*. Retrieved from <http://www.planejamento.gov.br/@/busca?SearchableText=privatiza%C3%A7%C3%B5es>, on March 20, 2018.
- O Globo 2017. *Lula alega inocência e defende que foi condenado sem provas*. Retrieved from <https://blogs.oglobo.globo.com/agora-no-brasil/post/lula-defende-que-foicondenado-sem-provas.html>, on March 21, 2018.
- O Globo 2018. *Governo espera arrecadar BRL 20 bilhões com a venda da Eletrobras*. Retrieved from <https://oglobo.globo.com/economia/governo-espera-arrecadar-20-bilhoes-com-venda-da-eletobras-1-21731418>, on March 21, 2018.
- Oliveira, G. 1996. *Brasil Real, desafios da pós-estabilização na virada do milênio*. São Paulo: Mandarin.
- Oliveira, Gesner 1997. *Brasil Real*, São Paulo, Mandarin.
- Pinheiro, Armando C., Giambiagi, Fábio 1991. *Privatização: aspectos fiscais e outras considerações*. In: PERSPECTIVAS da Economia Brasileira. Brasília: IPEA.
- Pochamann, Márcio 2001. *A década dos Mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- Poder 360 2021. O Governo arrecadou R\$ 227 bi com venda de estatais e ações. Retrieved from <https://www.poder360.com.br/economia/governo-arrecadou-r-227-bi-com-venda-de-estatais-e-acoes/>, on May 5, 2022.
- Poder 360 2021b. Petrobras não é mais sócia da BR Distribuidora e recebe R\$ 11,4 bilhões. Retrieved from <https://www.poder360.com.br/economia/petrobras-nao-e-mais-socia-da-br-distribuidora-e-recebe-r-114-bilhoes/>, on June 19, 2022.
- Prado, Sergio, coord. 1993. *Processo de privatização no Brasil: a experiência dos anos 1990-92*. São Paulo. FUNDAP/IESP. (Relatório de pesquisa, 11).
- Praza, S. R. 1994. *Intervenção estatal, privatização e fiscalidade: um estudo sobre a constituição e crise do setor produtivo estatal no Brasil e os processos de privatização a nível mundial*. Campinas: Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.
- Revista ANTT 2010. A evolução da regulação nas rodovias federais concedidas. Retrieved from http://appweb2.antt.gov.br/revistaantt/ed3/_asp/ed3-artigos/Evolucao.asp, on June 17, 2022.
- Ribeiro Jr. A. 2011. *A privatária tucana*. São Paulo: Geração Editorial.
- Sampaio Jr., P. A. 2007. *Globalização e Reversão Neocolonial: o impasse brasileiro. Filosofia y Teorías Políticas entre la Crítica y la Utopía*. GLACSO, Buenos Aires.
- SINDPD-RJ 2016. DATAMEC, uma história de pioneirismo e sucesso. Retrieved from <http://sindpd.rj.org.br/portal/v2/2016/08/24/datamec-uma-historia-de-pioneirismo-e-sucesso/>, on June 17, 2022.
- Sweezy, Maxine Y. 1940. “German Corporate Profits: 1926-1938.” In: *Quarterly Journal of Economics*. May, 54:3, pp. 384-398.
- Sweezy, Maxine Y. 1941. *The Structure of the Nazi Economy*. Cambridge (MA): Harvard University Press.
- Tápias, Alcides. *RUMOS, Economia & Desenvolvimento para os Novos Tempos*, Cidade, ABDE editora, n. 181, fevereiro.
- The Guardian 2018. *Brazil's ex-president Lula sentenced to nearly 10 years in prison for corruption*. Retrieved from <https://www.theguardian.com/world/2017/jul/12/brazilpresident-lula-convicted-corruption>, on March 21, 2018.
- The Guardian 2018b. *Brazilian court upholds corruption conviction for ex-president Lula*. Retrieved from <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/24/brazilian-courtupholds-corruption-conviction-for-ex-president-lula>, on March 21, 2018.
- The Intercept Brasil 2021. Pousa Forçada. Retrieved from <https://theintercept.com/2021/12/13/infraero-aeroportos-iniciativa-privada/>, on May 5, 2022.
- Tourinho, Octavio A. F., Vianna, Ricardo L. L. 1994. Avaliação e agenda do Programa Nacional de Desestatização. In: PERSPECTIVAS da Economia Brasileira. Brasília: IPEA.
- Uol Economia 2022. Privatizações de Bolsonaro: o que ficou na promessa e o que saiu do papel?. Retrieved from <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/01/privatizacoes-de-bolsonaro-o-que-ficou-na-promessa-e-o-que-virou-privado.htm>, on May 5, 2022.
- Valor 2018. Deputado do PSD divulga vídeo contra a reforma da Previdência. Retrieved from <http://www.valor.com.br/politica/5292305/deputado-do-psd-divulga-video-contrareformada-previdencia>, on March 11, 2018.
- Vizontini in Carrion, R. K. M.; Vizontini, P. G. F. 1998. *Globalização, neoliberalismo, privatizações*, 2.ed., Porto Alegre, UFRGS.
- World Bank 2017. *Um ajuste justo: Análise de eficiência e equidade dos gastos públicos do Brasil*. Retrieved from <http://documents.worldbank.org/curated/pt/884871511196609355/pdf/121480REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>, on March 11, 2018.
- Yin, R. (1988) *Case Study Research: Design and Methods*. Newbury Park, CA: Sage Publications.
